



O PT debate as teses do 3.º Concut

Este boletim especial é fruto do Encontro Nacional de Representantes de Secretarias Sindicais Estaduais, realizado em São Paulo nos últimos dias 11 e 12 de junho. Seu objetivo é tornar o mais claro possível, para os sindicalistas do PT, quais as questões centrais do 3.º Concut, e as principais diferenças de pontos de vistas entre dirigentes e ativistas sindicais petistas. A intenção é que este material sirva de subsídios às plenárias estaduais de sindicalistas do PT, preparatórias aos Congressos Estaduais da CUT e ao Concut.

Estão aqui sintetizados quatro pontos de vistas de militantes do PT, igualmente expressos em teses, apresentadas por sindicatos ao Concut. As diferenças e divergências de concepção que existem dentro de nosso partido também têm se expressado historicamente na atividade de petistas no movimento sindical. Pedimos, então, que os diferentes companheiros expressassem, resumidamente, suas opiniões a partir de duas questões: 1) que tarefas estão colocadas para o 3.º Concut e 2) no que suas teses diferenciam-se entre si.

Nos próximos dias 27 e 28 de agosto, haverá uma nova reunião nacional de sindicalistas petistas em São Paulo. Seu objetivo, na sequência dos debates em plenárias estaduais, é contribuir para reforçar a atuação dos petistas na preparação do Concut, inclusive através da localização das principais divergências de opiniões e propostas que serão levadas ao 3.º Concut.

Neste próximo encontro, o critério de participação será o seguinte: dois representantes por secretarias sindicais estaduais, petistas da Executiva Nacional da CUT, além da Executiva Nacional do PT ou representantes por ela destacados e sindicalistas do partido convidados pela Secretaria Sindical Nacional.

A Secretaria Sindical Nacional agradece a colaboração da Secretaria Sindical de São Paulo, que ajudou na preparação e realização deste boletim.

Teses Inscritas para o III Concut

Índice de apresentação:

- | | | | |
|--|--|---|---|
| 1. — Tese do Sindicato Química e Proquímicos da BA. Pag 8 | 4. — Pela construção do Sindicato dos Trabalhadores Públicos 8 | 9. — Democracia e Luta. Pag 7 | 14. — Tese do Sindicato dos Servidores Públicos do DF. Pag 2 |
| 2. — Por que a CUT deve ter um Departamento de Aposentados e Pensionistas. Pag 8 | 5. — Tese do Sinpro/ABC. Pag 2 | 10. — Pela CUT classista, de massa, democrática, de luta e pela base. Pag 3 | 15. — Profissionais Liberais e estrutura sindical na CUT. Pag 8 |
| 3. — Por uma CUT pela Base e Classista. Pag 8 | 6. — Construir a CUT pela base. Pag 6 | 11. — Tese do Sesp. Pag 2 | 16. — Tese da Assufac. Pag 2 |
| | 7. — CUT do Trabalhador. Pag 8 | 12. — Tese da Asufscar. Pag 7 | 17. — Em defesa da natureza e dos povos da floresta. Pag 8 |
| | 8. — Unir a cidade e o campo numa CUT de classe e de luta. Pag 8 | 13. — Tese do STI Urbanas do Acre. Pag 2 | |

Síntese das teses 5, 11, 13, 14, e 16

Assina: Júlio Turra, diretor do SINPRO/ABC e membro da tendência interna do PT "O Trabalho".

O 3º CONCURSO vai se realizar num momento extremamente importante da conjuntura: em setembro o governo Sarney e as classes dominantes estarão entregando ao país a Nova Constituição, ao mesmo tempo que o governo já vem aplicando uma política econômica de acordo com as exigências do FMI, que impõe pesados sacrifícios aos trabalhadores e prepara um verdadeiro desastre nacional.

Por isso o centro do Congresso deve ser o de discutir que saída apresentar, do ponto de vista dos trabalhadores, diante do aprofundamento da crise econômica, social e política da Nova República. Milhares de delegados escolhidos nos mais diferentes pontos do território nacional irão centralizar-se em Belo Horizonte e com base no balanço da experiência das lutas no campo e na cidade, decidir os próximos passos.

Numa conjuntura em que o governo Sarney vê aprofundar-se o fosso que o separa da vontade da esmagadora maioria da nação, em que os partidos das classes dominantes que noutro momento (85-86) canalizaram o descontentamento popular estão em crise aberta (racha no PMDB e PFL, desmoralização dos "políticos" diante das massas), a atenção de milhões estará voltada para as propostas de ação que a CUT venha a decidir. Neste sentido, nossa responsabilidade como militantes sindicais do PT, que é amplamente hegemônico na condução da CUT, se amplifica. Como prosseguir na luta pelas reivindicações que a Constituinte pisoteou? Como atacar o problema central da Dívida Externa, unificando as lutas isoladas? Responder a estas questões é armar efetivamente o setor mais combativo e decisivo dos trabalhadores do campo e da cidade para avançar o processo de construção da CUT.

A partir daí é que podemos encarar os demais pontos de pauta, como por exemplo estrutura sindical e estatutos, sem transformar o congresso num debate internista, de costas para as expectativas em nós depositadas.



As diferenças

Temos um conjunto de 17 teses, algumas longas e complexas, mas que não deixam clara uma posição diante do que fazer diante da conjuntura! Tanto na tese apresentada pelo sindicato no qual milito (Sinpro-ABC) como na do Sindicato dos Enfermeiros de São Paulo, retoma-se uma proposta que apareceu em diversos Congressos Estaduais da CUT em 1987, a partir de uma deliberação da Direção Nacional da CUT de março de 87, de realizar uma Assembleia Popular Nacional, o que por outro lado não foi encaminhado praticamente.

Em setembro, partindo de um claro repúdio à Constituição — concretizado num chamado público da CUT a todos aqueles parlamentares que queiram ficar coerentes com o mandato popular que receberam, a Não assinar à Constituinte, a não compactuar com esta farsa montada contra o povo — o 3º CONCURSO pode se dirigir a todas as entidades sindicais, movimentos sociais, partidos políticos, chamando-os a se reunir nacionalmente, através de delegados tirados a partir da base, em torno de uma plataforma de lutas, numa Assem-

bléia Popular Nacional. Tal iniciativa permitiria tirar do isolamento as lutas parciais, criar a unidade na ação tão necessária, por exemplo, entre os trabalhadores rurais e urbanos na luta pela Reforma Agrária, criar um instrumento nacional para o prosseguimento da luta pelas grandes bandeiras do movimento operário e popular!

Esta é uma diferença importante em relação a outras teses que, ou repetem mecanicamente listas enormes de bandeiras e palavras-de-ordem, ou então "chovem no molhado" ao propor "unificação das campanhas salariais" (seria o caso de se perguntar quem é contra?)

Na questão da "Concepção e Prática Sindical" acredito que pouco se avança em fazer a discussão teórica em si. São as propostas concretas — de intervenção na situação da luta de classes e de modificações estatutárias — que acabam por revelar as distintas "concepções".

Assim, outro elemento diferenciador seria em relação à chamada organização vertical, onde algumas teses levantam a necessidade — com a qual concordo — de construção de verdadeiras federações de sindicatos cutistas que negociem com autonomia no seu ramo de atividade

(por exemplo Federação Nacional dos Bancários da CUT, disputando com a CONTEC pelega a direção das campanhas salariais nacionais). A maioria das teses mantém a definição de Departamentos como instância "interna" e subordinada às Direções da CUT nos níveis estadual e nacional.

Gostaria de destacar também aspectos negativos — porque contraditórios com a democracia tão arduamente conquistada — que aparecem na tese defendida pela maioria da atual Direção Nacional da CUT ("Pela CUT classista, de massa, democrática, de luta e pela base"):

a) eleição indireta de delegados ao Congresso Nacional, a partir de chapas montadas nos Congressos Estaduais: nos parece um critério "partidário", que privilegia as articulações políticas em detrimento da representação do Sindicato de base;

b) critério de que as Direções Estaduais e Regionais fixem o número de delegados para seus respectivos congressos: o que significa ficar ao sabor dos humores da direção, que pode fazer um congresso com 200 ou 20.000 delegados;

c) participação com direito a voz e voto dos presidentes das CUTs Estaduais e Departamentos Nacionais — que não são eleitos no Congresso Nacional — na Direção Nacional da CUT: é uma evidente deformação dos critérios de proporcionalidade que devem vigorar, pois quem é majoritário por 1 voto no seu Estado, por exemplo, tem a presidência da CUT Estadual e automaticamente estaria representado na direção nacional.

BOLETIM NACIONAL — PT
(Edição Especial/julho 88); editado pela Secretaria Sindical Nacional do Partido dos Trabalhadores.
Secretário Sindical Nacional — Luiz Gushiken
Colaboraram nesta edição: Edmundo M. Oliveira, Sérgio Rosa, Mariene Dias (Composição), e Wilson (dagramação).

Lutar pela representação de toda a classe

(Síntese da tese Nº 10 "Pela CUT classista, de massa, democrática, de luta e pela base")

Assinam: Jair Meneguelli, Avelino Ganzer, Gilmar C. Santos, Delúbio Soares de Castro, Jorge Lorenzetti, Paulo Roberto Farina, Osvaldo Bargas e Rosiver Pavan.

I O 3º CONCUT ocorre numa conjuntura que exige respostas cada vez mais articuladas e ágeis da classe trabalhadora. Neste processo, é fundamental que a CUT deixe de ser apenas referência de massas, transformando-se em representante de toda a classe. Assim, todos os pontos do temário do congresso merecem profunda reflexão para possibilitar tomada de decisões amadurecidas.

I - A Conjuntura Atual:

O grande desafio colocado para a CUT neste momento é articular lutas de resistência com estratégias de intervenção que levem a mudanças profundas na sociedade brasileira. Os trabalhadores vivem sob os efeitos do agravamento da crise econômica, com o retorno formal ao FMI que impõe uma política de recessão e arrocho salarial, num quadro de hiperinflação.

O cerne da questão é o pagamento dos juros e serviços da Dívida Externa, mecanismo de dominação econômica e principal instrumento de transferência de riquezas dos povos do "3º mundo", aí incluído o Brasil. Assim, as lutas reivindicatórias tendem a se chocar com toda lógica dos interesses da burguesia nacional e transnacional, exigindo respostas mais amplas, organizadas, de qualidade política superior. No plano político, a classe trabalhadora sofreu derrotas na Constituinte (Mandato Sarney, Reforma Agrária, liberdade e autonomia sindical). A posição do 2º CONCUT de pressão à Constituinte, embora correta, foi insuficiente para reverter o quadro conservador de sua composição. É tarefa da CUT a denúncia de seu caráter anti-popular, deixando claro que continuará à frente das lutas dos trabalhadores em defesa de seus direitos.

Atenção especial deve ser dada à questão agrária: a concentração de renda e da terra leva a mudanças nas relações de trabalho; a diversificação dos trabalhadores do campo (pequenos proprietários, posseiros, assalariados permanentes e temporários, sem-terras) com interesses imediatos diferenciados dificulta a atuação sindical. A CUT deverá atuar no sentido de unificar os diversos setores a partir de suas reivindicações e interesses concretos, combatendo sem cessar a violência e ação da UDR, e a ação divisionista das entidades paralelistas como a LBA, FUNDEC, EMATER, etc.

Um balanço da CUT nos últimos

anos aponta sua presença decisiva, com muitos acertos, em todas as lutas e greves do período: no campo e na cidade, cresceram e se generalizaram as greves. Houve erros, destacando-se os de avaliação e encaminhamentos da greve geral de agosto/87: o intervalo entre sua decretação e a data permitiu aos patrões e governo articularem uma contra-ofensiva, mudanças na política econômica, atuação de agentes divisionistas, alterações de datas criaram insegurança e desmobilização.

Hoje, a conjuntura de recessão aponta um decréscimo do número de greves, invertendo o quadro dos últimos anos, mas isto não significa necessariamente uma diminuição da disposição de luta.

Para enfrentar essa conjuntura cabe-nos vencer as debilidades orgânicas, superar o corporativismo, unificar as pautas e lutas articulando as campanhas. Campanha nacional unificada de lutas. (Salário, emprego e liberdade para todos. Terra para quem nela trabalha. Não pagamento da dívida externa).

2 - Concepção e prática - Aqui reside a base para a construção de uma estrutura da CUT que se imponha como direção e se consolide organicamente. Sempre defendemos a construção da CUT classista, que articula as lutas imediatas com os objetivos históricos; **de massas**, pois o papel revolucionário da luta sindical é organizar e colocar amplas massas em movimento a partir de seus interesses imediatos; **democrática**, com o controle das bases sobre as direções e **pela base**, com a construção de sindicatos fortes, organizados desde o local de trabalho.

Partidos e sindicatos desempenham papel diferenciado no processo de emancipação da classe. Cabe ao partido a definição de programa e estratégia política da conquista do poder; aos sindicatos, organizar amplas massas nas lutas sindicais, articulando-as com os objetivos históricos. Reafirmamos as deliberações do 2º Concute a respeito.

3 - Estrutura e estatutos - É fundamental que o Congresso faça essa discussão, analisando cuidadosamente as propostas. A adoção de uma estrutura e estatutos baseados na **representatividade real**, nas várias instâncias da CUT, está intimamente ligada à busca constante de construir a Central como representação do conjunto da classe trabalhadora.

Defendemos a organização em dois níveis: vertical e horizontal. É fundamental a organização vertical, desde os locais de trabalho até os departamentos nacionais, na medida em que há interesses e lutas específicas dos ramos de atividade. Os departamentos devem ter instâncias diretivas (congressos, conselhos diretivos e direção executiva).

A organização horizontal, como a vemos, já está plenamente definida pelos congressos anteriores, com sua função de unificar os trabalhadores enquanto classe.

Sobre critérios de participação nas instâncias da CUT, lugar das oposições, periodicidade dos congressos, proporcionalidade, eleição de delegados e finanças formulamos propostas dentro do objetivo de buscar a agilidade de respostas a partir de **representatividade real**.

II - Diferenças

1 - Constituinte - Todas as teses das correntes que atuam no PT já definiram sua posição: não assinatura da Constituição, colocando-a como a questão central para a classe trabalhadora. Para nós trata-se, neste momento, de abriremos uma discussão profunda sobre o **que fazer**, não se restringindo à questão assinar/não assinar, que pode ser tão somente um ato formal, se não precedido de um amplo debate e seguido de medidas e ações da classe trabalhadora.

Deixamos claro que a luta continua independente do resultado desta Constituinte, como sempre o fizemos.

2 - Concepção e prática sindical - Este debate visa aclarar divergências, superar equívocos e, sobretudo, criar as bases para a definição de uma estrutura e estatutos para a CUT que permitam a sua consolidação enquanto representante do conjunto dos trabalhadores e sua direção sindical.

3 - Estrutura e estatutos - Aqui se materializam as concepções sindicais e localizam-se as mais profundas divergências.

a) Há teses que defendem nenhuma mudança nos estatutos e estrutura da CUT. Embora o discurso de intenção negue, isto significa, na prática, manter a CUT tão somente como referência de massas, ou como movimento, cujas relações internas fluidas a impedem de se consolidar como estrutura orgânica capaz de respostas ágeis e articuladas.

A nosso ver, é fundamental a alteração dos atuais estatutos. É passo fundamental para o salto de qualidade exigido pelo movimento. Dotar a CUT de uma estrutura que dê conta da unidade de classe e da diversidade nesta unificação, consolidando sua estrutura vertical e horizontal, e, principalmente, fazer da CUT representante e direção das lutas implica em construí-la a partir de sua **representatividade real**.

4) Mesmo os que propõem mudanças, defendem a participação de entidades filiadas e não filiadas nas instâncias da CUT e a participação por representação do número de trabalhadores na base e não dos sindicalizados. Isto significa também manter a CUT apenas como referência. Pior, como espaço em que todos deliberam, porém poucos são os comprometidos com estas deliberações.

Se queremos a CUT como direção efetiva das lutas, classista, de massas, democrática e construída pela base, necessitamos de **1** estrutura em que as **bases filiadas** é que decidem e elaboram propostas para todos os trabalhadores.

Defendemos sim a participação das oposições, porém temos claro que estas não representam o conjunto de trabalhadores de seu sindicato e não têm o poder de implementar as decisões da CUT no sindicato. Representam o trabalho da CUT no interior destes sindicatos e participam de suas instâncias enquanto representação desse trabalho, portanto, com peso diferenciado dos sindicatos filiados.

c) Por fim, na questão da eleição dos delegados ao Congresso Nacional, defendemos que essa eleição se faça nos Congressos Estaduais proporcional ao nº de sindicalizados filiados à CUT no Estado, a partir da discussão de teses. Entendemos que os Congressos das CUT elaboram a política da Central para a classe trabalhadora no seu conjunto. O Congresso Nacional é o ponto culminante de um processo de discussão que se inicia nas instâncias do sindicato, passa pelos congressos regionais e estaduais, permitindo a participação de todos na elaboração desta política para a classe trabalhadora. Os delegados eleitos nos Congressos Estaduais, a partir de teses, estão representando o conjunto de interesses da classe e não o interesse específico de seu ramo ou sua categoria.



Estrutura e Es

Quadro comparativo das tese

Secretaria
Sindical
Nacional — PT

	ATUAL	Tese 10																																																																								
Estrutura Sindical	<ul style="list-style-type: none"> — Comissão Sindical de Base (vinc. a estrutura da CUT) e Comissão de empresa — Delegacia Sind. Rural — Sindicato de base — Depto — CUT Regional — CUT Estadual — CUT Nacional 	<ul style="list-style-type: none"> — Org. Sind. Base — Sindicato — Depto (por ramo atividade, com direção eleita, congressos, com poder de celebrar acordos coletivos, etc) — CUT Regional — CUT Estadual — CUT Nacional 																																																																								
Filiação à CUT	<ul style="list-style-type: none"> — Associação — Sindicato — Federação — Confederação 	— mantém																																																																								
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> — Regional e Estadual anualmente — Nacional e Depto bianualmente 	<ul style="list-style-type: none"> — Regional e Estadual com autonomia, sendo obrigatório a realização no ano em que se realiza o Nacional — Nacional e Depto de 3 em 3 anos 																																																																								
Proporcionalidade	<ul style="list-style-type: none"> — Não prevê proporcionalidade para Assembléias ou Convenções — Na formação de chapas estabelece o mínimo de 20% e quanto tiver mais de 2 chapas a proporcionalidade será de 10% 	<ul style="list-style-type: none"> — Mínima de 20% — Quando tiver mais de 2 chapas, as chapas minoritárias precisam ter juntas no mínimo 20%, e participam as que tiverem mais de 10% 																																																																								
Participação nos Congressos	<ul style="list-style-type: none"> — Entidades filiadas e não filiadas — Oposições 	<ul style="list-style-type: none"> — Entidades filiadas — Oposições 																																																																								
Eleição dos Delegados	<ul style="list-style-type: none"> — Tem como referência o n.º total de trabalhadores da categoria — A eleição é em assembléia: <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="3">Regional:</th> <th colspan="3">Estadual:</th> <th colspan="3">Nacional:</th> </tr> <tr> <th></th> <th>Diretoria</th> <th>Base</th> <th></th> <th>Diretoria</th> <th>Base</th> <th></th> <th>Diretoria</th> <th>Base</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Até 2.000</td> <td>3</td> <td>8</td> <td>Até 2.000</td> <td>3</td> <td>6</td> <td>Até 2.000</td> <td>2</td> <td>3</td> </tr> <tr> <td>de 2.001 a 10.000</td> <td>4</td> <td>15</td> <td>de 2.001 a 10.000</td> <td>4</td> <td>10</td> <td>de 2.001 a 10.000</td> <td>3</td> <td>5</td> </tr> <tr> <td>de 10.001 a 30.000</td> <td>5</td> <td>20</td> <td>de 10.001 a 30.000</td> <td>5</td> <td>14</td> <td>de 10.001 a 30.000</td> <td>4</td> <td>8</td> </tr> <tr> <td>30.001 a 100.000</td> <td>6</td> <td>25</td> <td>de 30.001 a 100.000</td> <td>6</td> <td>18</td> <td>de 30.001 a 100.000</td> <td>5</td> <td>12</td> </tr> <tr> <td>100.001 a 200.000</td> <td>7</td> <td>30</td> <td>de 100.001 a 200.000</td> <td>7</td> <td>25</td> <td>de 100.001 a 200.000</td> <td>6</td> <td>16</td> </tr> <tr> <td>mais de 200.000</td> <td>8</td> <td>40</td> <td>mais de 200.000</td> <td>8</td> <td>30</td> <td>mais de 200.000</td> <td>7</td> <td>20</td> </tr> </tbody> </table>	Regional:			Estadual:			Nacional:				Diretoria	Base		Diretoria	Base		Diretoria	Base	Até 2.000	3	8	Até 2.000	3	6	Até 2.000	2	3	de 2.001 a 10.000	4	15	de 2.001 a 10.000	4	10	de 2.001 a 10.000	3	5	de 10.001 a 30.000	5	20	de 10.001 a 30.000	5	14	de 10.001 a 30.000	4	8	30.001 a 100.000	6	25	de 30.001 a 100.000	6	18	de 30.001 a 100.000	5	12	100.001 a 200.000	7	30	de 100.001 a 200.000	7	25	de 100.001 a 200.000	6	16	mais de 200.000	8	40	mais de 200.000	8	30	mais de 200.000	7	20	<ul style="list-style-type: none"> — Participarão delegados das entidades filiadas com base no número de trab. sindicalizados. — As CUTs Regionais e Estaduais definem um número básico de delegados para seus Congressos e com essa referência elegem-se os delegados na base, nas suas instâncias máxima — O quórum será de 3 vezes o número de delegados — As Oposições participam elegendo seus delegados com base no número de votos que obteve no último escrutínio da última eleição. Caso ainda não tenha concorrido a nenhuma eleição, a sua delegação não poderá ser superior a do menor filiado da região — Independente desses delegados, as entidades terão direito a eleger mais 3 delegados para os Congressos Regionais e Estaduais. As Federações e Deptos terão direito a 3 delegados nos Congressos Estaduais na proporção de 1 del. para cada 2000 trab. sindicalizados nas entidades filiadas do estado — Os delegdos para o Congresso Nacional serão eleitos nos Congressos Estaduais na proporção de 1 del. para cada 2000 trab. sindicalizados nas entidades filiadas do estado
Regional:			Estadual:			Nacional:																																																																				
	Diretoria	Base		Diretoria	Base		Diretoria	Base																																																																		
Até 2.000	3	8	Até 2.000	3	6	Até 2.000	2	3																																																																		
de 2.001 a 10.000	4	15	de 2.001 a 10.000	4	10	de 2.001 a 10.000	3	5																																																																		
de 10.001 a 30.000	5	20	de 10.001 a 30.000	5	14	de 10.001 a 30.000	4	8																																																																		
30.001 a 100.000	6	25	de 30.001 a 100.000	6	18	de 30.001 a 100.000	5	12																																																																		
100.001 a 200.000	7	30	de 100.001 a 200.000	7	25	de 100.001 a 200.000	6	16																																																																		
mais de 200.000	8	40	mais de 200.000	8	30	mais de 200.000	7	20																																																																		
Direção e Executiva das CUTs	<ul style="list-style-type: none"> — Regional: Direção de 7 a 17 membros e igual n.º de suplentes; Executiva de 4 a 7 membros — Estadual: Direção de 9 a 21 e igual n.º de suplentes; Executiva de 5 a 9 membros — Nacional: Direção com 83 efetivos e igual n.º de suplentes; Executiva com 15 efetivos e 5 suplentes 	<ul style="list-style-type: none"> — Regional e Estadual: Direção com até 21 efetivos e até 15 suplentes; Executiva de 11 efetivos e 3 suplentes escolhidos entre os 21. Os presidentes das CUTs Regionais e Deptos Estaduais participam com voz e voto na direção, exceto nas questões internas. — Nacional: Direção com 55 efetivos e 21 suplentes (os presidentes das CUTs Estaduais e dos Deptos Nacionais têm voz e voto na direção exceto nas questões internas da direção); Executiva com 15 efetivos e 5 suplentes escolhidos entre os 55. 																																																																								
Finanças	<ul style="list-style-type: none"> — 1% sobre total das mensalidades dos filiados (arrecadado pela Regional); e 5% sobre a arrecadação total anual de cada filiado (arrecadado pela Estadual): <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>do 1%</th> <th>dos 5%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Regional</td> <td>50%</td> <td>20%</td> </tr> <tr> <td>Estadual</td> <td>30%</td> <td>50%</td> </tr> <tr> <td>Nacional</td> <td>20%</td> <td>30%</td> </tr> </tbody> </table>		do 1%	dos 5%	Regional	50%	20%	Estadual	30%	50%	Nacional	20%	30%	<ul style="list-style-type: none"> — 5% sobre a receita bruta anual, recolhido pelas Estaduais e assim distribuídos: <table border="1"> <tbody> <tr> <td>Regional</td> <td>25%</td> </tr> <tr> <td>Estadual</td> <td>40%</td> </tr> <tr> <td>Nacional</td> <td>25%</td> </tr> <tr> <td>Depto</td> <td>10%</td> </tr> </tbody> </table>	Regional	25%	Estadual	40%	Nacional	25%	Depto	10%																																																				
	do 1%	dos 5%																																																																								
Regional	50%	20%																																																																								
Estadual	30%	50%																																																																								
Nacional	20%	30%																																																																								
Regional	25%																																																																									
Estadual	40%																																																																									
Nacional	25%																																																																									
Depto	10%																																																																									

OBS: a discussão primeira, certamente será sobre a necessidade de mudanças ou não no Estatuto. A Tese 10 e algumas outras defendem que a CUT precisa avançar na sua estrutura orgânica; basicamente nas Teses 09 e 12 são contrárias; as Teses 3 e 6 por sua vez, fazem propostas de mud

estatuto da CUT

para o 3.º CONCUT (resumo)

Tese 06	Teses 09 e 12	Teses 05, 11, 13, 14 e 16	Demais teses: 01, 02, 03, 04, 07, 08, 15 e 17																																																																																																																														
<ul style="list-style-type: none"> — Comissões e articulações inter-empresas — Sindicato — Depto — CUT Zonal — CUT Regional — CUT Estadual — CUT Nacional 	— mantém	<ul style="list-style-type: none"> — Comissão local trabalho — Sindicato — Federações Cutistas — CUT Regional — CUT Estadual — CUT Nacional (A tese 13 mantém atual)	<ul style="list-style-type: none"> — A tese 01 propõe que se estabeleça o mínimo de 3 entidades filiadas para poder criar 1 CUT Regional — A tese 3 defende Sind., Depto, Zonal, Regional, Estadual, Nacional e propõe ainda a criação de Org. Indep. Aut. dos Trab. — As teses 7 e 8 idem tese 6 																																																																																																																														
— Omissa	— mantém	— A tese 13 mantém atual	— A tese 7 defende a filiação de sindicatos e também a filiação direta de trabalhadores em grupos de no mínimo de 100																																																																																																																														
<ul style="list-style-type: none"> — Regional e Estadual a cada 18 meses — Nacional a cada 3 anos 	— Mantém	— Congressos de 2 em 2 anos, a tese 5 é omissa	<ul style="list-style-type: none"> — A tese 7 defende: Zonal anualmente e demais de 3 em 3 anos — A tese 8 defende Regional e Estadual a cada 2 anos, Nacional a cada 3 anos 																																																																																																																														
— Defende proporcionalidade em todos os níveis num critério de pontuação	— Mantém	— mantém	<ul style="list-style-type: none"> — A tese 7 defende 10% para a Nacional e 20% para as demais — A tese 8 defende proporcionalidade absoluta 																																																																																																																														
<ul style="list-style-type: none"> — Entidades filiadas — Oposições ou delegações de base 	— Mantém	— A tese 13 mantém	— A tese 7; entidades filiadas, oposições e grupos com no mínimo 100 trabalhadores																																																																																																																														
— Defende a abertura de um processo de discussão para fazer as mudanças no 4.º Concut	— Mantém	— Mantém atual; as teses 11 e 16 propõe um redutor de 50% no n.º de delegados	<ul style="list-style-type: none"> — A tese 1 critica o n.º excessivo de delegados nos Congressos — A tese 3 idem tese 6 — A tese 7 propõe eleição de delegados em Assembleia única para as 3 instâncias congressuais — A tese 8 propõe o quórum de 10 vezes o n.º de delegados e os seguintes critérios: <table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th colspan="3"></th> <th>Estadual:</th> <th>Diretoria</th> <th>Base</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="3"></td> <td>Até 2.000</td> <td>2</td> <td>3</td> </tr> <tr> <td colspan="3"></td> <td>De 2.001 a 10.000</td> <td>2</td> <td>5</td> </tr> <tr> <td colspan="3"></td> <td>10.001 a 30.000</td> <td>3</td> <td>7</td> </tr> <tr> <td colspan="3"></td> <td>30.001 a 100.000</td> <td>3</td> <td>9</td> </tr> <tr> <td colspan="3"></td> <td>100.001 a 200.000</td> <td>4</td> <td>13</td> </tr> <tr> <td colspan="3"></td> <td>mais de 200.000</td> <td>4</td> <td>15</td> </tr> <tr> <th colspan="3"></th> <th>Regional:</th> <th>Diretoria</th> <th>Base</th> </tr> <tr> <td colspan="3"></td> <td>Até 2.000</td> <td>2</td> <td>4</td> </tr> <tr> <td colspan="3"></td> <td>De 2.000 a 10.000</td> <td>2</td> <td>8</td> </tr> <tr> <td colspan="3"></td> <td>10.001 a 30.000</td> <td>3</td> <td>10</td> </tr> <tr> <td colspan="3"></td> <td>30.001 a 100.000</td> <td>3</td> <td>13</td> </tr> <tr> <td colspan="3"></td> <td>100.001 a 200.000</td> <td>4</td> <td>15</td> </tr> <tr> <td colspan="3"></td> <td>mais de 200.000</td> <td>4</td> <td>20</td> </tr> <tr> <td colspan="3"></td> <th>Nacional:</th> <th>Diretoria</th> <th>Base</th> </tr> <tr> <td colspan="3"></td> <td>Até 2.000</td> <td>1</td> <td>2</td> </tr> <tr> <td colspan="3"></td> <td>de 2001 a 10.000</td> <td>2</td> <td>3</td> </tr> <tr> <td colspan="3"></td> <td>10.001 a 30.000</td> <td>2</td> <td>4</td> </tr> <tr> <td colspan="3"></td> <td>30.001 a 100.000</td> <td>3</td> <td>6</td> </tr> <tr> <td colspan="3"></td> <td>100.001 a 200.000</td> <td>3</td> <td>8</td> </tr> <tr> <td colspan="3"></td> <td>mais de 200.000</td> <td>4</td> <td>10</td> </tr> </tbody> </table>				Estadual:	Diretoria	Base				Até 2.000	2	3				De 2.001 a 10.000	2	5				10.001 a 30.000	3	7				30.001 a 100.000	3	9				100.001 a 200.000	4	13				mais de 200.000	4	15				Regional:	Diretoria	Base				Até 2.000	2	4				De 2.000 a 10.000	2	8				10.001 a 30.000	3	10				30.001 a 100.000	3	13				100.001 a 200.000	4	15				mais de 200.000	4	20				Nacional:	Diretoria	Base				Até 2.000	1	2				de 2001 a 10.000	2	3				10.001 a 30.000	2	4				30.001 a 100.000	3	6				100.001 a 200.000	3	8				mais de 200.000	4	10
			Estadual:	Diretoria	Base																																																																																																																												
			Até 2.000	2	3																																																																																																																												
			De 2.001 a 10.000	2	5																																																																																																																												
			10.001 a 30.000	3	7																																																																																																																												
			30.001 a 100.000	3	9																																																																																																																												
			100.001 a 200.000	4	13																																																																																																																												
			mais de 200.000	4	15																																																																																																																												
			Regional:	Diretoria	Base																																																																																																																												
			Até 2.000	2	4																																																																																																																												
			De 2.000 a 10.000	2	8																																																																																																																												
			10.001 a 30.000	3	10																																																																																																																												
			30.001 a 100.000	3	13																																																																																																																												
			100.001 a 200.000	4	15																																																																																																																												
			mais de 200.000	4	20																																																																																																																												
			Nacional:	Diretoria	Base																																																																																																																												
			Até 2.000	1	2																																																																																																																												
			de 2001 a 10.000	2	3																																																																																																																												
			10.001 a 30.000	2	4																																																																																																																												
			30.001 a 100.000	3	6																																																																																																																												
			100.001 a 200.000	3	8																																																																																																																												
			mais de 200.000	4	10																																																																																																																												
— Omissa	— Mantém	— A tese 13 mantém	— A tese 8 mantém estatuto atual para estaduais																																																																																																																														
<ul style="list-style-type: none"> — Os sindicatos deverão unificar suas mensalidades em 1% do salário do trab. — O pagamento deverá ser feito diretamente pelos sindicatos às instâncias da CUT: <table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td>Regional</td> <td style="text-align: right;">50%</td> </tr> <tr> <td>Estadual</td> <td style="text-align: right;">30%</td> </tr> <tr> <td>Nacional</td> <td style="text-align: right;">20%</td> </tr> <tr> <td>Depto</td> <td style="text-align: right;">10% da cota da Estadual</td> </tr> </table>	Regional	50%	Estadual	30%	Nacional	20%	Depto	10% da cota da Estadual	— Mantém	— A tese 13 mantém; a tese 5 fala em unificação da taxa (não define percentual); e coloca a responsabilidade do recolhimento e repasse para a Nacional	— A tese 7 defende a taxa de 5% assim distribuído: Zonal 10%, Regional 45%, Estadual 25% e 20% para a Nacional																																																																																																																						
Regional	50%																																																																																																																																
Estadual	30%																																																																																																																																
Nacional	20%																																																																																																																																
Depto	10% da cota da Estadual																																																																																																																																

IT
mudanças mas elas só se concretizariam no 4.º Concut.

Aplicar uma política petista na CUT

(Síntese da tese n.º 6 - "Construir a CUT pela base")

Os militantes petistas do movimento sindical devem garantir para a CUT, em seu 3.º Congresso Nacional, um conjunto de resoluções que coloquem claramente qual deve ser o centro tático das lutas sindicais, de tal forma que o movimento operário e sindical se incorpore decididamente à luta geral dos trabalhadores contra o regime reacionário da "Nova República" na perspectiva da luta pelo socialismo.

Na tese **Construir a CUT Pela Base** propomos que a CUT tenha como objetivos centrais para o período o combate à Nova República através do ataque aos seus setores mais reacionários e à sua política econômica. Nesse sentido destacam-se a luta contra o governo Sarney, pelo não reconhecimento da Nova Constituição, contra a tutela militar, combinadas com o não pagamento da dívida externa, contra o arrocho salarial, pela reforma agrária sob controle dos trabalhadores e pela conquista da liberdade de organização.

Entendemos que esses eixos são um ponto de partida e terão sequência através de um conjunto de demandas dos trabalhadores no plano econômico, político e social que constituirão elementos de uma proposta operária e popular em resposta à crise. Esta é a compreensão que nos levou a propor na tese **Construir a CUT Pela Base** uma plataforma geral da Central, instrumento que permitirá balizar sua intervenção nas disputas políticas gerais, inclusive seu engajamento nos processos eleitorais ao nível institucional.

O sentido geral da nossa proposta nesta parte de conjuntura e lutas pretende atingir três objetivos:

1. Estabelecer o eixo tático para as lutas sindicais do período que arme a Central para se constituir na efetiva direção do movimento operário e sindical;

2. Criar as condições para que a direção da Central articule intimamente os aspectos econômicos e políticos das lutas, permitindo seu engajamento mais intenso na luta geral dos explorados e oprimidos.

3. Destacar para o conjunto da militância e da direção da Central as importantes transformações na forma de dominação burguesa e seus desdobramentos na tática e estratégia para o movimento sindical.

Um segundo aspecto de fundamental importância da política dos petistas para a CUT é orientá-la no sentido de aprofundar sua construção pela base, sustentada nos princípios da democracia operária e na perspectiva do rompimento radical com a estrutura sindical oficial, elementos estes que alicerçaram

Assinam: Durval de Carvalho, Martisalem C. Pontes, José Fortunatti e Gerson de Almeida Silva.



Convocação do Sindicato dos Plásticos para 1º de Maio

sua fundação em 1983.

Para buscar atingir estes objetivos, na Tese **Construir a CUT Pela Base** propomos um conjunto de resoluções que aprofundam esses eixos originários da Central, dos quais destacamos:

1. luta pela legalização da CUT e pelo estatuto de dirigente sindical aos dirigentes cutistas;

2. expansão das estruturas horizontais da CUT;

3. implantação e redirecionamento das estruturas verticais;

4. elaboração de um padrão de estatuto para os sindicatos cutistas que garanta os princípios que regem nossa Central;

5. luta contra o imposto sindical e pela auto-sustentação financeira do movimento sindical cutista;

6. uma política de fortalecimento das oposições sindicais;

7. proposta de que a proporcionalidade na escolha das direções da Central garanta uma verdadeira integração das minorias na composição das executivas.

Em nossa tese defendemos que mudanças de grande alcance nos estatutos da Central estão condicio-

nadas à conquista de uma estrutura sindical cutista independente do Estado e à consolidação de uma prática ampla de democracia operária no seu interior.

Considerações sobre as teses

De todas as teses apresentadas destacamos a importância da tese "Pela CUT Classista, de Massa, Democrática, de Luta e Pela Base", por estar referendada por companheiros que compõem hoje a maioria da direção do nosso Partido e da Central.

As críticas principais que fazemos a essa tese são:

1. não propõe nenhum centro tático para a luta sindical, mas um conjunto de planos de luta dispersos e sem eixo central;

2. sua proposta de um novo estatuto não corresponde à visão petista para o movimento sindical cutista (e está em contradição, inclusive, com afirmações que os companheiros fazem na parte da concepção sindical da própria tese).

É para nós particularmente grave o conteúdo da proposta de novo estatuto apresentado pelos companheiros. Essa

proposta na realidade propõe uma nova CUT cujo perfil é dado pelas suas estruturas verticais. Criticamos em particular os seguintes aspectos:

a. prioriza a construção vertical (departamentos), em detrimento das instâncias horizontais (CUTs regionais e estaduais), deslocando o centro de direção.

b. faz dos presidentes de departamentos membros natos das direções estaduais alterando profundamente a composição resultante de eleições congressuais (significando de fato uma ruptura com o critério de composição proporcional);

c. coloca nas mãos das direções estaduais e regionais a definição da periodicidade dos seus respectivos congressos (seu próprio mandato) e o tamanho dos mesmos;

d. propõe a eleição dos delegados ao Congresso Nacional nos congressos estaduais, com o que se altera radicalmente sua relação com as bases e com as massas trabalhadoras, característica de sua origem;

e. elimina a diferença entre delegados de base e de diretoria, abrindo possibilidade para que direções sindicais monopolizem a representação para os congressos (em aberto antagonismo com a proposta original da CUT);

f. ao subordinar o número de delegados aos congressos ao número de sindicalizados na base - ou aos votos obtidos por uma oposição em eleição oficial - subordina a Central à estrutura sindical oficial e deixa de fora da CUT a maior parte dos trabalhadores que são os não sindicalizados ou estão sob direção pelega;

g. sob o título de "Democracia Sindical" (nos princípios do estatuto da tese), acaba-se com a liberdade de expressão na Central. Proíbe a manifestação de qualquer divergência por membros ou instâncias da CUT quando em choque com uma deliberação tomada em maioria por instância superior. Não se trata, aqui, de propor uma férrea unidade de ação, mas sim de proibir a livre expressão, disciplina que não se cogita sequer no Partido.

Portanto, a tese dos companheiros desarma a CUT para enfrentar a difícil conjuntura que atravessamos e contradiz a concepção que deu origem à Central e que é defendida pelo PT; sua vocação de romper com a estrutura sindical oficial e os limites impostos pelo regime burguês à organização dos trabalhadores; sua horizontalidade traduzida na relação intercategoria como norte da organização e luta; distancia os trabalhadores de base do poder de decisão da Central; e em vários pontos fere profundamente a democracia operária.

Unificação das Campanhas no 2.º semestre

(Síntese das teses 9 "Democracia e Luta" e 12 "Tese da Articulação")

Assina: **Cyro Garcia, pres. Sind. Bancários do Rio de Janeiro**



Para qualquer trabalhador está ficando evidente que a cada dia que passa a sua situação piora. E não são apenas os problemas maiores como a fome e a miséria que se agravam. Também no terreno político os trabalhadores se vêm completamente frustrados, observando a já escandalosa Assembleia Constituinte que, contrariando a vontade de mais de 90% da população, aprovou os cinco anos de mandato para Sarney.

A raiz dos grandes problemas que vivemos é a famigerada dívida externa, que só de juros nos rouba 12 bilhões de dólares anuais. Agora, com a vitória que obteve ao conquistar os cinco anos de mandato, Sarney tem mais condições de implementar o seu plano de entrega completa do país ao imperialismo. O que vemos é um verdadeiro festival de entrega, com o governo privatizando as estatais lucrativas, como fez com a Aracruz Celulose, aplicando a reforma bancária que já levou à demissão de centenas de companheiros do Banerj no Rio de Janeiro e demonstrando claramente que está disposto a derrubar qualquer obstáculo que o impeça de aplicar seu plano de arrocho sobre a classe trabalhadora. O maior exemplo disso foi a recente demissão do ministro-chefe do Estado das Forças Armadas (EMFA), o brigadeiro Paulo Roberto Camarinha, que se opôs publicamente, pressionado pela situação à retirada da URP. O mesmo golpe sofreu o presidente da Petrobrás, Ozires Silva, que se pronunciou contra a retirada da URP. Mas o fortalecimento conjuntural de Sarney não se dá sem crises e esses episódios, que envolveram as forças armadas, são uma demonstração disso. A outra grande demonstração dos problemas que Sarney é obrigado a digerir foi a vitória obtida pelos trabalhadores - fruto da poderosa greve, nos dias 3 e 4 de maio, dos trabalhadores estatais - quando o Tribunal Superior do Trabalho decidiu pela inconstitucionalidade do decreto que suspendeu a URP por dois meses.

Ao contrário do que afirmam os companheiros da Articulação e também os da Cut Pela Base, o movimento sindical vive uma jornada de importantes lutas de ascenso, que tendem à sua unificação. Só no ano de 1987, mais de 12 milhões de trabalhadores fizeram greves e neste primeiro semestre do ano, somando-se as últimas greves, da Saúde em São Paulo, dos Professores de São Paulo e do Rio de Janeiro, os grevistas já somam cerca de 3 milhões. Em todos os locais, nas fábricas, no campo, nos bancos, nas estatais, é visível a revolta dos trabalhadores contra o arrocho

salarial, e também a sua disposição de sair à luta para conquistar aumentos. Para os que assinam estas teses, o centro do 3º CONCUAT deve estar voltado para a resolução do maior problema que aflige os trabalhadores: a fome, os baixos salários e o desemprego impostos pelo governo para pagar a dívida externa. Quanto mais duro é o ataque do governo, mais necessitamos da unificação. Para um país que só agora vai formando uma tradição de greve geral, como o Brasil, a melhor maneira de unificar a luta não é simplesmente marcar uma greve geral e a partir daí tentar garanti-la. É necessário partir das campanhas salariais existentes, unificando-as, incorporando categorias que mesmo não estando em data-base se disponham a entrar na luta.

No segundo semestre deveremos fazer uma gigantesca campanha salarial unificada a nível nacional, unindo os trabalhadores das estatais, os funcionários públicos, os metalúrgicos, bancários, químicos e todas as outras categorias. Se unirmos as nossas forças, poderemos obter vitórias contra a política do governo e do FMI.

Essa campanha deverá se dar em base a um plano de lutas comum, com mobilizações de rua com datas unitárias, realizando greves por tempo determinado (um ou dois dias), até criarmos condições para uma greve por tempo indeterminado caso seja necessário. Além disso, será importante associar essa luta dos trabalhadores da cidade com mobilizações dos trabalhadores rurais por suas reivindicações específicas.

Pela manutenção da democracia

As principais diferenças políticas que temos com os companheiros da Articulação e também da CUT pela base são três. A primeira delas é que a Articulação, na sua longa tese, não apresenta nenhum plano de

lutas concreto para lutarmos imediatamente contra o plano de arrocho do Sarney. A nossa proposta é a de realizarmos, no segundo semestre, uma gigantesca campanha salarial unificada envolvendo todos os trabalhadores.

A segunda diferença é que nós consideramos que a CUT deve utilizar todos os seus recursos para defender os interesses da classe trabalhadora. Isso inclui principalmente a atuação política frente à atual Assembleia Constituinte. Por diversas vezes vimos o companheiro Jair Mengueli à frente de mobilizações para pressionar os constituintes em Brasília. Decorridos todos esses meses já está completamente claro que o que se efetivou em Brasília foi a elaboração de uma constituição reacionária, patronal, na qual não se garantiu nenhuma reivindicação importante dos trabalhadores como a Reforma Agrária, estabilidade ou 40 horas semanais.

Seguindo a vontade, e impulsionando a denúncia dos trabalhadores frente à Constituinte, a CUT deve continuar atuando sobre esse processo, mas agora com a tarefa clara de mostrar a todos que ela é completamente contra a classe trabalhadora. A CUT deve chamar todos os partidos da classe operária, principalmente o Partido dos Trabalhadores, a não assiná-la, pois caso o façam estarão demonstrando a sua concordância com a exploração capitalista sobre os trabalhadores.

Em terceiro lugar, consideramos que a proposta de Estatutos apresentada pela Articulação representa o maior ataque contra a democracia dentro da CUT desde o seu congresso de fundação. Para nós, o fortalecimento da CUT passa pela ampliação da participação da base em todos os organismos da central. Para a Articulação, a base deve ter um papel absolutamente secundário, ficando o controle, e as mais importantes decisões, nas mãos dos dirigentes sindicais.

O primeiro ataque à democracia feito pela Articulação se dá frente à eleição dos delegados, cuja proposta é que sejam eleitos pela base para os congressos regionais, e por estes para o congresso estadual, que por sua vez elegerá os delegados para o congresso nacional. Essa proposta é um verdadeiro funil, onde os novos ativistas de base têm pouca ou nenhuma chance de passar. O segundo ataque é quanto ao número de delegados; pela proposta da Articulação, a base para os congressos deve ser o número de sindicalizados, o que diminuirá drasticamente o número de delegados. Se tomarmos como exemplo o último congresso nacional, que contou com a participação de 5.564 delegados, pelo critério da Articulação seria realizado com aproximadamente 1.242 delegados.

O terceiro ataque à democracia é a limitação da participação das oposições no congresso. Nós defendemos que exatamente pelas dificuldades que uma oposição enfrenta deveríamos fazer todos os esforços possíveis para ajudá-las a se integrar na CUT. Pela proposta da Articulação, as oposições, que sempre tiveram um papel de grande importância no fortalecimento da CUT, terão a sua representação reduzida.

Por último, a Articulação propôs que a periodicidade dos congressos regionais e estaduais seja definida pelas direções de acordo com as suas necessidades, sendo o nacional de 3 em 3 anos. Os atuais estatutos permitem a realização de congressos estaduais e regionais todos os anos e o nacional de 2 em 2 anos, sendo portanto mais democráticos. Caso vença a proposta da Articulação as direções decidirão tudo até 1991, e as bases não terão muitas oportunidades de se manifestar, a favor ou contra.

Além disso, ao eleger a nova direção, a proporcionalidade real de cada posição política será deformada em favor da própria Articulação. Se tomarmos o último congresso nacional, onde a Articulação obteve 59% dos cargos diretivos, pela proposta atual, com a incorporação dos presidentes das CUTs estaduais, que são todos da Articulação, e um representante de cada Departamento Nacional, que também são da Articulação, ela teria os seus 59% transformados quase que "milagrosamente" em 75% dos cargos diretivos, desrespeitando assim a sua real força nas bases.

Todas essas propostas que atacam a democracia na nossa central nos levam a defender os atuais estatutos pois foram eles que permitiram que a CUT se fortalecesse a ponto de ser hoje a principal central sindical do país.

Outros textos

A seguir, um resumo das demais teses apresentadas ao congresso.

1 *Tese do Sindiquímica e Proquímicos da Bahia*

Analisa a conjuntura nacional, a realidade internacional e as relações entre a CUT e as centrais internacionais. Propõe que a CUT deflagre um amplo debate sobre as diferentes visões e organizações do movimento sindical mundial no sentido de responder às seguintes questões: que tipo de relações a CUT deve manter com cada uma das centrais internacionais; filiação ou não a uma das centrais sindicais mundiais. Propõe, ainda, a mudança na estrutura e estatutos da CUT. Assinam: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Petroquímicas no Estado da Bahia e VII Congresso dos Petroquímicos e Plásticos da Bahia.

2 *Por que a CUT deve ter um departamento de aposentados e pensionistas*

Discorre sobre a situação dos aposentados e pensionistas no Brasil e propõe a criação de um departamento de aposentados e pensionistas no âmbito da CUT. Assina: Associação dos Aposentados e Pensionistas de Brasília/DF.

3 *Por uma CUT pela base e classista*

Analisa o momento político nacional e o movimento sindical. Propõe uma tática para o movimento sindical, o fortalecimento da luta para avançar na construção da CUT, a unidade do movimento e o desenvolvimento de uma estrutura organizativa na perspectiva do poder. Sobre a questão agrária, trata da luta dos assalariados agrícolas, da reforma agrária, defende a coletivização das empresas e a aliança operário-camponesa. Assinam: Agrominas, STR de Itumbiara/GO, STR-Ipojuca/PE, Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânica e de Material Elétrico do Rio Grande do Norte.

4 *Pela construção do sindicato dos trabalhadores públicos*

Propõe a organização do Sindicato de Trabalhadores no Serviço Público, em todos os níveis, federal, estadual e municipal. Defende o fim das confederações e a criação de uma federação nacional que unificaria todos os sindicatos de trabalhadores funcionários públicos municipais, estaduais e federais. Assina a tese a Asusp- Associação dos Servidores da Universidade de São Paulo.

5 — *Tese do Sinpro ABC (vide pág. 2)*

6 — *Construir a CUT pela base (vide pág. 6)*

7 *CUT do trabalhador*

Analisa a conjuntura nacional e faz um balanço da Constituinte. Discorre sobre concepção e prática sindicais, estrutura sindical e estatutos. Propõe a adoção de medidas e ações concretas que levem ao rompimento com a estrutura sindical corporativista preservada em sua base pelo Congresso Constituinte. Assinam: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Cimento, Cal e Gesso de São Paulo; Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Jundiá; Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção e do Mobiliário de Mogi das Cruzes.

8 *Unir a cidade e o campo numa CUT de classe e de luta*

Faz uma análise sócio-econômica do País e propõe: a socialização dos monopólios (grandes indústrias, bancos comércio etc); a luta pela conquista da terra e o confisco do latifúndio; a luta de resistência pela manutenção das terras; defesa e apoio às reivindicações dos pequenos produtores; liberdade e autonomia sindical. Faz um balanço dos 5 anos da CUT. Assinam: CUT Regional Sudoeste da Bahia; STI Urbanas de Goiás; Sindicato Nacional dos Eletricistas da Marinha Mercante/RJ; Sinttel do Ceará; Sindicato de Frios e Carnes de São Paulo/SP; Odontólogos de Goiás; Bancários de Bauru/SP; STR de Janduí/RN e de Nova Veneza/GO; Associação Profissional dos Trabalhadores nas Empresas de Asseio e Conservação/RN.

9 — *Democracia e Luta (vide pág. 7)*

10 — *Pela CUT classista, de massa, democrática, de luta e pela base (vide pág. 3)*

11 — *Tese do Sesp (vide pág. 2)*

12 — *Tese da Asufscar (vide pág. 7)*

13 — *Tese do STI Urbanas do Acre (vide pág. 2)*

14 — *Tese do Sind dos Servidores Públicos do DF (vide pág. 2)*

15 *Profissionais liberais e estrutura sindical na CUT*

Propõe uma articulação nacional provisória dos profissionais liberais para que se discuta a organização das categorias dentro da CUT. É contra a constituição de um departamento nacional dos profissionais liberais como ramo de atividade, feita pelo 2º Concut. Assinam: Sindicatos dos Engenheiros filiados à CUT (Bahia, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Maranhão) Diretorias dos Sindicatos de Engenheiros vinculados ao Engecut (Rondônia, Sergipe, Volta Redonda e Brasília).

16 — *Tese da Assufac (vide pág. 2)*

17 *Em defesa da natureza e dos povos da floresta*

Cinco propostas em defesa da natureza e dos povos da floresta: 1) pela autodeterminação das nações indígenas e contra a militarização da Amazônia; 2) direito de posse sobre os locais de plantação dos seringais; 3) união dos povos da floresta: índios, seringueiros e ribeirinhos; 4) combate localizado a projetos do tipo Calha Morte, que prejudicam todo o povo brasileiro; e 5) luta contra a expulsão de 30 mil seringueiros brasileiros das frentes de expansão localizadas no Acre, para a Bolívia, na década de 70. Assina: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri/AC.